

BC prevê um crescimento de 4,5% em 2001

Projeção se baseia em Selic constante, o que significa que PIB pode crescer ainda mais

GUSTAVO FREIRE
e RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O Brasil crescerá 4,5% em 2001, com a hipótese de que a taxa básica da economia, a Selic, seja mantida em 15,75% ao ano até o final de 2001. Esta é a estimativa central do Relatório de Inflação de dezembro, divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Dentro da mesma hipótese, o BC prevê que a inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), ficará em 3,9% no próximo ano. A meta para o IPCA é de 4%, com margem de erro de dois pontos percentuais para cima e para baixo.

O Relatório de Inflação, um grosso calhamaço de projeções e análises trimestrais, tem como objetivo fazer com que as previsões do BC sejam compartilhadas ao máximo com o mercado, de forma a fazer com que haja uma convergência de expectativas, o que facilita o atingimento das metas inflacionárias.

Como a trajetória das taxas de juros no Brasil é descendente, salvo graves supresas negativas no cenário interno e externo, uma possível interpretação da projeção de crescimento do BC é de que 4,5% seria uma espécie de piso. A razão para isto é simples: é provável que a Selic média em 2001 fique abaixo de 15,75%. Se a previsão de 4,5% é de um crescimento com uma Selic inalterável em 15,75% em 2001, uma taxa de juro básico abaixo deste nível levaria a um crescimento acima de 4,5%, supondo todas as demais condições constantes. O consultor e ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, por exemplo, concorda com esta interpretação (embora ache as estimativas do BC excessivamente otimistas – ver página 3).

Petróleo – O Relatório de Inflação revela ainda que o Comitê de Política Monetária (Copom) acredita que a inflação em 2002 ficará em 2,6%, também inferior à meta fixada pelo governo, que é de 3,5%. O BC espera uma queda nos preços da gasolina no próximo ano, com uma redução de 4% do conjunto dos preços dos derivados de petróleo. De acordo com o documento essa redução deve ocorrer em decorrência da queda das cotações dos contratos futuros de petróleo e pela introdução do novo mecanismo de ajuste dos preços de combustíveis no País. Esse novo mecanismo permite reduções no preço da gasolina caso as variações trimestrais do valor do barril de petróleo no mercado internacional fiquem abaixo do preço-base de R\$ 55,00. A expectativa do BC é de que o preço médio do barril de petróleo (tipo brent) fique, em 2001, por

volta de US\$ 25,00 ante US\$ 28,50 apurado este ano.

Apesar do cenário favorável projetado para a inflação no futuro, o relatório explicita que até o final do primeiro semestre de 2001, a inflação medida pela variação do IPCA (em 12 meses) ainda permanecerá em torno de 6%, percentual previsto para o fechamento da inflação

este ano. Esse comportamento deve-se a dois efeitos estatísticos. O primeiro é que, no cálculo da inflação acumulada em 12 meses, as variações extremamente baixas observadas na primeira metade de 2000 serão substituídas por “variações que tendem a ser ligeiramente maiores no mesmo período de 2001”, diz o texto. “O segundo é a per-

manência da inflação anormalmente elevada do terceiro trimestre deste ano no cômputo da taxa acumulada”, segue o documento do BC. Esse último efeito deve “desaparecer” no terceiro trimestre de 2001 derrubando assim o IPCA acumulado de 12 meses até junho de 6,2% para 4,4%, ao final de setembro.

A expectativa em relação ao

saldo da balança comercial também é favorável. De acordo com a análise do BC, a redução das importações de petróleo e derivados, o aumento da safra agrícola brasileira e o aumento da taxa de câmbio real – decorrente da depreciação do real e da apreciação do euro – serão os três fatores que contribuirão positivamente para a recuperação do

saldo comercial.

O impacto das variações cambiais para os preços domésticos é estimado em 15% nos próximos 12 meses. O BC já havia projetado que esse repasse poderia chegar a 20%. A diminuição, segundo o BC, reflete o baixo nível de inércia dos preços domésticos e o grau de abertura da economia brasileira.